



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

**CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO**

**11ª REUNIÃO**

**Ata da ordem do dia 24 de janeiro de 2013**

**Brasília-DF**

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

### 11ª REUNIÃO DO CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

**Data:** 24 de janeiro de 2013

**Local:** Ministério do Trabalho e Emprego, Edifício Sede, Sala nº 433

**Participantes:** Sérgio Sepúlveda (SE), Rodolfo Péres Torelly (SPPE); Yedda Beatriz Gomes de Almeida Dysman C. S. Singer Afonso (SENAES); Celso de Almeida Haddad (SIT); Manoel Messias Nascimento Melo (SRT); Ione Rocha Torres Mendes (SRT); Eudes da Silva Carneiro (SRT); Carlos Alberto de Oliveira Pereira (CGTB); Pascoal Carneiro (CTB); Maria das Graças Costa (CUT); Pedro Armengol de Souza (CUT); Luiz Carlos Motta (FS); Danilo Pereira da Silva (FS); Hamilton Dias de Moura (NCST); Francisco Canindé Pegado do Nascimento (UGT); Cristiano Barreto Zaranza (CNA); Elimara Aparecida Assad Sallum (CNA); Alain Alpin Mac Gregor (CNC); Júnia Queiroz Alves Dal Secchi (CNCOOP); Maria Silvia (CUT); Rafael Ernesto Kieckbusch (CNI); Alexandre Venzon Zanetti (CNS); Luigi Nesse (CNS); Joicy Damares Pereira (CNS); João Adilberto Pereira Xavier (CNS); Adriana Giutini (CNT); Plínio Gustavo Sarti (CNTUR); Magnus Ribas Apostólico (CONSIF); Pablo Rolim Carneiro (CNI).

1 Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de dois mil e treze teve início a Décima  
2 Primeira Reunião do Conselho de Relações do Trabalho. **ABERTURA:** O Secretário  
3 Messias iniciou a reunião assumindo a presidência da reunião, agradecendo a presença e  
4 compreensão de todos em relação à mudança na reunião. **Item Aprovação da Ata.** O  
5 Secretário Messias pediu a dispensa da leitura da ata uma vez que foi encaminhada a  
6 todos previamente e perguntou se alguém tinha alguma consideração a fazer. O Sr.  
7 Magnus Ribas Apostólico informou que a Conselheira Sylvia Lorena Teixeira de Sousa  
8 chegou um pouco atrasada, mas esteve presente na reunião anterior, não constando seu  
9 nome em ata. O Sr. Luiz Carlos Motta indicou que a data na linha 1 estava incorreta. O  
10 Secretário Messias informou que fariam as alterações necessárias. Em não havendo  
11 mais nenhuma observação, a ata da Décima Reunião do CRT foi considerada aprovada  
12 pelo pleno. **Item Definição de datas para: a) Prosseguimento nas discussões acerca**  
13 **da definição das categorias para fins de registro e alteração estatutária.** O  
14 Secretário Messias propôs que fossem marcados os dias 25 de fevereiro para a reunião  
15 com a bancada dos empregadores pela tarde e dia 26 de fevereiro durante todo o dia  
16 para a bancada dos trabalhadores, houve sugestão do plenário de que a reunião fosse  
17 adiada para março e que fosse dividida em dois dias para a bancada dos trabalhadores e

18 um dia para a bancada dos empregadores. O Secretário Messias sugeriu que a reunião  
19 fosse marcada para os dias 11 e 12 de março para a bancada dos trabalhadores e 13 de  
20 março para a bancada dos empregadores, pedindo ainda para que as bancadas se  
21 manifestassem o mais rápido possível sobre a possibilidade de disporem de espaço  
22 físico para a realização das reuniões. **b) 3ª Reunião da Câmara Bipartite Governo-**  
23 **Servidores Públicos.** O Secretário Messias informou que havia uma pré-agenda para o  
24 dia 27 de fevereiro. **c) 5ª Reunião da Câmara Bipartite Governo-Trabalhadores.** O  
25 Sr. Hamilton lembrou que precisariam consultar a bancada, pois dia 19 e 20 haveria o  
26 GT. O Secretário Messias informou que foi marcado o dia 20 de fevereiro, mas que  
27 iriam verificar para averiguar a existência de algum conflito. **Item Definição sobre os**  
28 **objetivos, composição e prazos, entre outros, para a implementação do Grupo de**  
29 **Trabalho que tratará do acompanhamento e evolução do sistema eletrônico de**  
30 **registro de ponto.** O Secretário Messias informou a todos que uma reunião para definir  
31 um escopo de trabalho para que as expectativas e objetivos ficassem claros foi realizada  
32 na qual ficou acertado que formatariam uma proposta de recomendação para que o  
33 Ministro recomende a criação do GT à Secretaria de Inspeção no Trabalho ou à  
34 Secretaria de Relações do Trabalho, prosseguindo com a leitura da proposta de  
35 recomendação. *Considerando deliberação do plenário na 11ª Reunião Ordinária*  
36 *realizada em 24 de janeiro de 2013 relacionada à realização de estudos com o objetivo*  
37 *de implementar novas formas de controle de aprimoramento do sistema eletrônico de*  
38 *registro de ponto instituído pela Portaria nº 1510, de 28 de agosto de 2009, resolve.*  
39 *Recomendar ao Exmo. Senhor Ministro do Trabalho no sentido de determinar a*  
40 *criação, no âmbito da Secretaria de Inspeção no Trabalho ou de Relações do Trabalho,*  
41 *grupo de trabalho com a finalidade de ampliar aprimoramento do sistema e de novas*  
42 *tecnologias, identificação biométrica do trabalhador e o acesso aos dados inseridos.* O  
43 Secretário Messias resgatou o que foi dito na reunião: o GT contaria com uma parte  
44 técnica com a presença do INMETRO e instituições que credenciam e validam os  
45 instrumentos para uma discussão do ponto de vista técnico para analisarem sobre  
46 alternativas, equipamentos, aperfeiçoamento e soluções técnicas; em seguida o GT se  
47 debruçaria sobre o tema para propor alteração ou recomendar normatização em relação  
48 ao tema; e numa terceira fase, o GT analisaria as normas já existentes. O GT deveria  
49 também trabalhar sob alguns princípios estabelecidos na reunião: 1- O ato do registro de  
50 ponto é pessoal; 2- O registro do ponto deve ser inviolável; 3- Acesso pleno garantido  
51 ao trabalhador que registra o ponto. A composição do GT foi definida na reunião  
52 anterior, sendo três representantes de cada bancada com os respectivos suplentes, a  
53 definir se o GT seria criado no âmbito da Secretaria de Relações do Trabalho ou na  
54 Secretaria de Inspeção no Trabalho, por se tratar de tema da SIT. O Sr. Paulo Sérgio  
55 apresentou-se ao plenário e perguntou sobre a sequência dos trabalhos, função e se o GT  
56 apresentaria os resultados a fim de tomar alguma decisão. O Secretário Messias  
57 esclareceu que com base nos princípios pré-acordados o GT analisaria sugestões  
58 técnicas num primeiro momento, uma discussão de relação de trabalho para ver se há  
59 acordo nas alternativas e, havendo acordo, uma análise sobre a necessidade de alteração  
60 da norma, lembrando que o Conselho de Relações do Trabalho é consultivo. O Sr. Paulo  
61 Sérgio sugeriu que o GT fosse do Conselho de Relações do Trabalho com a  
62 coordenação da Secretaria de Inspeção no Trabalho pelo trato com a matéria desde o  
63 início do processo de implementação do registro eletrônico do ponto. Houve consenso  
64 sobre a criação do Grupo de Trabalho, sendo que a recomendação será no sentido de  
65 determinar criação no âmbito do Conselho, um GT com a finalidade de estudar  
66 alternativas, propostas de mudanças em relação ao regime eletrônico de ponto, bem  
67 como eventuais propostas de mudanças normativas, respeitando os princípios pré-

68 acordados para que se possa operar logo após o período do carnaval. **Item**  
69 **Coordenação sistêmica do plano Brasil Maior.** O Secretário Messias informou que o  
70 MTE juntamente com a Secretaria Geral da Presidência estão na coordenação sistêmica  
71 do plano Brasil maior em relação a condições de trabalho, ele comentou que as  
72 representações das partes no Brasil Maior não têm comparecido apesar de serem  
73 convocadas e informadas, pedindo para que as bancadas alertassem seus representantes  
74 a fim de participarem das discussões, que são questões concretas, e que se pretende  
75 trazer para o âmbito do Conselho. **Item Alteração da data da próxima reunião.** O  
76 Secretário Messias propôs uma alteração na data da próxima reunião marcada para o dia  
77 19 de março, ele relatou a dificuldade em relação ao espaço físico, propondo que a  
78 reunião seja dia 20 de março. O Sr. Alain Alpin perguntou se não seria possível no dia  
79 18 de março. O Secretário Messias informou que a Secretaria não tem problema em  
80 relação à sugestão da bancada dos empregadores, dia 18, às 14 horas, teria que ver  
81 apenas se a sala estaria disponível, mas a princípio não haveria problema, confirmou  
82 ainda as seguintes datas para as próximas reuniões: 18 de março, 21 de maio, 23 de  
83 julho, 24 de setembro e 19 de novembro. **INFORMES. A) Colônia de Pescadores –**  
84 **Encaminhamentos em face da publicação da Portaria nº 2.159/2012, que revoga a**  
85 **Portaria nº 547/2010, a qual trata dos procedimentos administrativos do Cadastro**  
86 **Especial das Colônias de Pescadores.** O Secretário Messias informou que no início de  
87 janeiro o Ministro publicou a Portaria nº 2.159/2012 que torna sem efeito a portaria que  
88 criou o cadastro especial em face de uma série de questionamentos existentes em  
89 relação à suficiência dos instrumentos legais para garantir o registro e concessão de  
90 código sindical, informou ainda que foi publicada no Diário Oficial da União uma  
91 audiência pública para ouvir a sociedade sobre o tema da equiparação das colônias de  
92 pescadores para o dia 21 de fevereiro às 14 horas. O Sr. Luigi Nese parabenizou a  
93 Portaria, no entanto comentou que achava que o resolvido era a abolição da criação  
94 dessas cooperativas como entidade representativa dos pescadores. O Sr. Magnus  
95 esclareceu que haviam entendido que a recomendação do Conselho era a revogação por  
96 gerar duplicidade. O Secretário Messias disse que a bancada dos empregadores se  
97 expressou a respeito, porém não houve posicionamento do Conselho nessa direção, a  
98 visão do Ministério é que o instrumento não conseguiu equiparar as colônias com  
99 entidade sindical. **B) Servidores públicos – Publicação da Instrução Normativa nº 1,**  
100 **de 14 de janeiro de 2013, publicada no DOU nº 10, Seção I, Pág. 56, de janeiro de**  
101 **2013, que tornou sem efeito a Instrução Normativa nº1, de 30 de setembro de 2008,**  
102 **publicada no DOU de 03 de outubro de 2008, Seção I, Pág. 93, que trata da**  
103 **cobrança da contribuição sindical dos servidores públicos.** O Secretário Messias  
104 informou que foi uma posição encaminhada pela Consultoria Geral da União no sentido  
105 de revogar a Instrução Normativa nº 1, de 30 de setembro de 2008, que normatizava a  
106 cobrança da contribuição sindical dos servidores públicos. O Sr. Luiz Carlos comentou  
107 que a bancada dos trabalhadores valoriza o MTE, mas que em reunião no dia anterior  
108 houve consenso entre toda a bancada no sentido de discordar da forma como feita a  
109 revogação pelo Ministro, visto que o Conselho não foi ouvido, acrescentou ainda que  
110 não consenso com relação ao conteúdo da Instrução Normativa. O Sr. Pascoal ratificou  
111 a fala do Sr. Luiz Carlos, comentou ainda que o Conselho não pode se transformar num  
112 ouvinte de portarias publicadas, a função do Conselho é discutir os assuntos pertinentes  
113 e cabe ao Ministro acatar ou não as recomendações, fazendo apelo para que não haja  
114 esse tipo de prática no Conselho. O Sr. Carlos Pereira disse que consideraram  
115 inconveniente a forma, particularmente na questão do servidor público, no momento em  
116 que as centrais sindicais se reuniram e conseguiram entrar em consenso em um conjunto  
117 de posições a respeito da regulamentação na área, ressaltou ainda que há uma posição

118 atuante e que a forma vai de encontro ao fortalecimento do Conselho e do MTE. O Sr.  
119 Pedro Armengol comentou que é necessário inverter a lógica de publicar sem a consulta  
120 ou discussão no Conselho, pedindo que fossem informados anteriormente para que, no  
121 caso de alguma discordância, se tenha espaço de diálogo, sem que isso interfira na  
122 gestão do governo; complementou ainda dizendo que para a CUT o debate sobre o tema  
123 é complexo por ser um setor diferenciado do privado e que há diferenças políticas  
124 importantes dentro das organizações, sendo a forma aplicada equivocada desde 2008,  
125 sem ouvir as partes interessadas, assim como está sendo na nova normativa; frisou ainda  
126 que a CUT não intenciona criar nenhum tipo de instabilidade, mas que é necessário  
127 discutir melhor o assunto com a participação de todas as partes interessadas, que a  
128 Câmara Bipartite Governo-Servidores Públicos é o espaço adequado para que se faça a  
129 discussão do financiamento e organização do setor público. O Sr. Francisco Canindé  
130 Pegado registrou o descontentamento em relação à forma de publicação da Instrução  
131 Normativa sem o entendimento do Conselho, desvalorizando-o na opinião da UGT. O  
132 Sr. Hamilton Moura ressaltou a importância do Conselho, mesmo consultivo, para  
133 debates relacionados à organização sindical e relações do trabalho, sendo surpreendido  
134 por uma decisão do Ministro sobre a audiência pública correndo o risco de virar mero  
135 homologador das decisões do governo; a NCST propôs ainda que, mesmo não sendo  
136 deliberativo, o Conselho possa anteceder o debate de algumas discussões que serão  
137 publicizadas, reforçando que o Sr. Ministro possa ter uma atenção especial com relação  
138 ao Conselho e posicionando-se a favor da revogação para manter a harmonia do  
139 Conselho. O Sr. Danilo Pereira disse que a Força Sindical não concorda com a forma  
140 com que foi feita, relatando que gerou uma situação que atinge o custeio de entidades  
141 sindicais municipais e propondo a continuidade e espaço para uma discussão acerca da  
142 contribuição sindical em 2013. O Sr. Luigi Nese juntou-se à posição da bancada dos  
143 trabalhadores, dizendo que no presente momento o Conselho é consultivo podendo  
144 futuramente tornar-se deliberativo se funcionar bem como consultivo propondo também  
145 que o Conselho seja informado sobre decisões a serem tomadas previamente a essa  
146 decisão para que possa haver alguma deliberação a respeito do assunto. O Secretário  
147 Messias informou que tomou nota das posições da bancada dos empregadores e das  
148 centrais sindicais e repassaria ao Ministro; com relação ao tema da colônia de  
149 pescadores informou que ressaltou que havia dificuldades de manejar o tema na prática,  
150 mas que a audiência servirá para que se aperfeiçoe o que há de normativa com relação  
151 ao assunto, o Ministro encaminhará o resultado consensual da audiência pública e, em  
152 não havendo, as posições serão recolhidas para posterior ajuste; com relação aos  
153 servidores públicos informou que há o compromisso do Ministro com as centrais  
154 sindicais de remeter o tema ou criar um GT específico para discutir o financiamento da  
155 contribuição sindical, inclusive de servidores públicos, o próprio Secretário Messias  
156 informou que recomendou ao Ministro que o tema fosse discutido na Câmara Bipartite,  
157 informou ainda que até o início da semana seguinte haveria um posicionamento sobre a  
158 questão dos servidores. **C) Portaria nº 194/2008 – Proposta da CSP – CONLUTAS**  
159 **no sentido de que seja alterada a Portaria 194/2008, que trata da aferição da**  
160 **representatividade das centrais sindicais.** O Secretário Messias informou que não  
161 tiveram nenhum posicionamento dos trabalhadores sobre o ponto, mas que o material  
162 solicitado foi enviado. O Sr. Luiz Carlos informou que constava em ata o pedido de uma  
163 nota técnica que não foi recebida pela bancada, por isso não há posicionamento sobre o  
164 tema. Foi localizado na ata o pedido de nota técnica e o Secretário Messias informou  
165 que a nota técnica seria mandada. **D) Participação das Centrais Sindicais em**  
166 **colegiados – Abrangência do inciso II do art. 1º, da Lei nº 11.648/2008, que trata da**  
167 **participação das centrais sindicais em fóruns de negociações, colegiados de órgãos**

168 **públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos**  
169 **quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores.** O  
170 Secretário Messias informou que a interpretação do MTE é de que em se constituindo  
171 algum GT sobre a questão de uma categoria específica a indicação pelo lado dos  
172 trabalhadores seria feita pelas centrais sindicais, mas há questionamento sobre essa  
173 interpretação, foi remetido o ponto às centrais sindicais para discutir o posicionamento e  
174 se há alguma proposta de regulamentação. A bancada informou que não há  
175 posicionamento atual, pois houve o entendimento que o ponto seria tratado juntamente  
176 com o ponto anterior. O Secretário Messias informou que a pendência continuaria nos  
177 dois pontos. **E) Trabalho Temporário – Aperfeiçoar a forma de coleta dos dados, a**  
178 **formação dos processos administrativos e atualização dos normativos internos que**  
179 **tratam do trabalho temporário.** Comentou que a legislação que criou o regulamento  
180 do trabalho temporário no país – que define as condições de registro, condições de  
181 renovação de contratos, obrigação de fornecimento de informações dos contratados e  
182 informações solicitadas para fins de estudo sobre o mercado de trabalho – está sendo  
183 estudada juntamente com as normativas atuais existentes sobre o tema, pois há  
184 necessidade de aperfeiçoamento normativo no sentido de garantir a legitimidade e  
185 legalidade a fim de evitar burlas ao instrumento e também fornecer informações  
186 necessárias; informou ainda que foi constatado que as informações atuais não permitem  
187 ao MTE acompanhar o emprego, todas as empresas do regime CLT possuem o CAGED  
188 que permite ver a movimentação dos trabalhadores, mas no caso do trabalho temporário  
189 não existe esse instrumento, por isso o MTE está fazendo uma revisão dos normativos  
190 para garantir maior segurança jurídica ao processo de registro de empresas que possuem  
191 trabalho temporário, contratação e renovação de contratos; assumindo o compromisso  
192 de manter o Conselho informado sobre o processo antes de qualquer mudança. O Sr.  
193 Magnus perguntou se as propostas de mudança dos normativos serão apresentadas ao  
194 Conselho antes de sua efetivação. O Secretário Messias comprometeu-se a submeter os  
195 instrumentos anteriormente a qualquer mudança para recolhimento de eventuais  
196 sugestões, mas não garantiu que o tema será tratado na próxima reunião, pois o período  
197 de dois meses pode ser muito longo, dependendo do processo. **F) Registro Sindical –**  
198 **Publicação da Portaria que tratará dos procedimentos de registro sindical, bem**  
199 **como da Portaria que altera a Portaria nº 01/2005, que se refere à Atualização do**  
200 **Registro Sindical (Campanha de atualização).** O Secretário Messias listou um  
201 conjunto de informes a respeito do tema, resumido a seguir. Já existe uma minuta em  
202 discussão no Gabinete do Ministro com a consultoria jurídica que busca reforçar os  
203 procedimentos na forma de exigência de documentos para que os processos de registro  
204 sindical possam ser analisados na sua legitimidade no limite legal. A certificação digital  
205 é uma decisão tomada de exigir, a partir do dia 1º de março, a certificação para todos os  
206 procedimentos junto ao cadastro nacional de entidades sindicais. Há uma posição clara  
207 do MTE em relação à documentação, já relatada anteriormente, pela ampliação de  
208 alguns prazos de publicação de edital, explicitação de quem está assinando, com sua  
209 respectiva qualificação, endereço e CPF, qualificação no pedido de registro, alteração  
210 estatutária, assembleia com processo legítimo; qualificação dos dirigentes sindicais  
211 com, por exemplo, PIS/PASEP, informações que permitam verificar se quem está  
212 envolvido na direção é da categoria. O MTE está adotando alguns procedimentos em  
213 relação a eventuais desmembramentos e dissociação de entidades sindicais, permitindo  
214 a impugnação em caso de desmembramento e dissociação antes rejeitada pela Portaria  
215 186; mudando o procedimento de autocomposição, passando a chamar de mediação;  
216 retirando a compulsoriedade da presença; em não havendo acordo será solicitada uma  
217 nova e rápida assembleia de ratificação da criação da entidade a fim de evitar

218 assembleias fantasmas, neste ponto o Secretário Messias pediu compreensão e consenso  
219 entre as bancadas. Não há posição definida sobre o procedimento das entidades de grau  
220 superior. O MTE está criando um rito para que o CRT receba eventuais consultas sobre  
221 definição de categorias, um instrumento criado para combater e resolver as denúncias de  
222 que há processos não legítimos de fracionamento de categorias existentes, através desse  
223 processo fazer a atualização da tabela de categorias. Mudança nas exigências para  
224 recadastramento com acréscimo de duas informações, comprovante de inscrição no  
225 CNPJ com data de abertura da entidade e cópia dos recibos das cinco últimas RAS.  
226 Alteração no processo de análises em que estão colocando todos os processos em ordem  
227 cronológica, pois havia muitos processos que tinham sido arquivados corretamente, mas  
228 não havia sido publicado o arquivamento, resultando em muitos processos em aberto;  
229 mudança no processo de distribuição a fim de dar mais celeridade. Sobre a questão rural  
230 será marcada uma reunião com a bancada dos trabalhadores sobre aspectos internos da  
231 bancada a respeito do registro rural, informou que receberá a FETRAF e a CONTAG  
232 em reuniões separadas. Adoção de procedimento de notificação de todas as federações e  
233 confederações que tenham menos que o mínimo legal para sua existência, concedendo  
234 prazos para manifestação e correção. O Secretário Messias adiantou que a minuta será  
235 encaminhada a todos anteriormente a uma decisão e publicação. O Sr. Luigi Nese  
236 perguntou se vai ser exigido o cargo de diretor em relação à assinatura digital ou se  
237 poderá ter outra pessoa do sindicato autorizada. O Secretário Messias informou que a  
238 certificação digital é da entidade, terá um responsável, mas a certificação é da entidade  
239 que vai ser utilizada para transmissão de dados, o requerimento será assinado pelo  
240 representante legal ou procurador. O Sr. Luigi Nese parabenizou a iniciativa,  
241 comentando que a minuta já está pronta e perguntou se o Conselho não poderá alterar  
242 algum ponto. O Secretário Messias esclareceu que há a possibilidade de que o Conselho  
243 envie suas sugestões e eventuais ajustes, mas que não iria abrir um rito de consulta por  
244 ser um ato do Ministro. O Sr. Luigi Nese questionou se haverá prazo para  
245 cadastramento, recadastramento ou atualização cadastral e o Secretário Messias  
246 informou que está em aberto o recadastramento por ser voluntário e não haver um  
247 instrumento formal, não há determinação do Ministro. O Sr. Cristiano Zaranza pediu  
248 que quando uma federação for notificada que a entidade superior seja comunicada para  
249 tomar ciência. O Secretário Messias informou que notificaram 946 entidades que  
250 possuem código de registro sindical, recolhem contribuição, porém não estão no  
251 cadastro nacional de unidades sindicais ou não estão ativas, das 946 apenas 84 buscaram  
252 o MTE para fazer a correção, pedindo às bancadas que ajudem no sentido de regularizar  
253 essas entidades, por hora não decisão de suspensão e a lista será disponibilizada para as  
254 duas bancadas. O Sr. Luigi Nese questionou se em algum momento o MTE tomará  
255 alguma providência a respeito e o Secretário Messias informou que é coerente com os  
256 procedimentos que em algum momento alguma medida seja tomada. A Sra. Graça  
257 opinou que as medidas tomadas são importantes para a transparência e liberdade  
258 sindical, que irão inibir práticas erradas existentes que mancham a organização sindical,  
259 dizendo que o Conselho precisa fazer discussões, debates mais amplos e ter mais espaço  
260 para discutir os grandes temas. O Sr. Francisco Canindé Pegado comentou que a  
261 questão da certificação digital vai ao encontro do que o GT de aferição de  
262 representatividade sugeriu como uma das alternativas de dar maior segurança à questão  
263 da aferição das entidades sindicais, acrescentando que é necessário estabelecer um  
264 prazo, como sugestão até o final de 2013 para que em 2014 se tenha condições de  
265 aferição melhores; informou na condição de suplente de coordenador da bancada a  
266 substituição do membro da CUT, Clemente; pediu ainda para que o Secretário Messias  
267 enviasse o texto final com tempo mínimo para que as bancadas pudessem analisar e se

268 for o caso, sugerir alterações, não uma reforma; no contexto da tabela de categorias,  
269 informou que nos dias 11 e 12 de março será realizado o seminário e deixou claro que  
270 estão avançando para a terceira fase de discussão. O Sr. Pascoal comentou que essa  
271 portaria regula um setor forte da organização capital e trabalho, sendo necessária uma  
272 consistência jurídica, nesse sentido pediu para que pudessem fazer os ajustes a fim de  
273 amenizar ao máximo as divergências; fez um apelo ainda para que os técnicos da área  
274 de tecnologia da informação consigam desenvolver ferramentas que, pela certificação  
275 digital, consigam eliminar e acabar com o protocolo no DRT; sugeriu que possa ser  
276 inserido um campo em que possa ser colocado o número de sócio e através do  
277 documento digital comprovar na ata de apuração de eleição se é falso, estando passível  
278 assim aos certames da lei, que os procedimentos sejam feitos via certificação digital; por  
279 fim pediu atenção com os sindicatos rurais porque possuem mais dificuldades de fazer a  
280 certificação. O Sr. Carlos Pereira reforçou a posição dos demais sobre a importância de  
281 terem condição para fazer a análise da minuta; pontuou ainda que é necessária uma  
282 precaução em relação aos sindicatos, a nova portaria não pode ser um estímulo à falta de  
283 democracia no movimento sindical. O Secretário Messias reafirmou que assim que  
284 minuta estiver liberada ela será disponibilizada ao Conselho e será marcada uma  
285 conversa física com as bancadas para fazer os ajustes necessários. **Item Apresentação**  
286 **pelo representante do ponto de contato nacional – PCN, no Brasil, acerca das**  
287 **diretrizes da organização para cooperação e desenvolvimento econômico – OCDE.**  
288 A convidada Sra. Hevellyn Albres, representante do PCN no Brasil, procedeu com a  
289 apresentação do ponto contato nacional, conforme resumo a seguir. As diretrizes da  
290 OCDE são um código de conduta para a responsabilidade social empresarial, para um  
291 comportamento responsável das empresas, todos os países que aderem essas diretrizes  
292 precisam estabelecer esses pontos de contato nacionais, a OCDE é uma organização  
293 internacional para cooperação em desenvolvimento econômico, o Brasil não é membro  
294 da OCDE, mas aderiu a este instrumento específico com suas diretrizes, o ponto contato  
295 nacional foi criado em 2003 em portaria do Ministério da Fazenda, possuindo um  
296 comitê consultivo de outros ministérios, a partir de 2011 foi elaborada uma portaria  
297 interministerial que fará com que o PCN se torne um órgão interministerial assim que  
298 assinada a revisão da estrutura do PCN, como por exemplo, farão parte nove  
299 ministérios, dentre eles o MTE, que tem fundamental importância para resolução de  
300 casos, BACEN, Secretaria de Direitos Humanos, CGU. O PCN divulga as diretrizes,  
301 auxilia na implementação das diretrizes através da mediação entre trabalhadores e  
302 empresas multinacionais, no caso de ocorrer algum fato que fira as diretrizes,  
303 averiguando a situação e repassando a relatoria para o ministério competente; o PCN  
304 não obriga as partes a uma determinada posição, ele busca o diálogo entre as partes e dá  
305 recomendações de melhores práticas entre as partes. O relatório final produzido quando  
306 um caso é encerrado vai para o site [www.fazenda.gov.br/pcn](http://www.fazenda.gov.br/pcn) e também para a OCDE. A  
307 Sra. Hevellyn Albres convidou a todos para participarem do workshop internacional  
308 com os PCNs do Brasil, Reino Unido e Noruega, participação do Secretário Messias  
309 falando sobre mediação no Brasil, Lisboa em nome da CUT representando a classe dos  
310 trabalhadores, representantes de ONGs, sindicatos, empresas, confederações, evento a  
311 se realizar no dia 28 de janeiro de 2013 na Secretaria de Direitos Humanos no Edifício  
312 Parque Cidade Corporate, pedindo que confirmassem presença por uma questão  
313 logística de espaço físico. O Sr. Francisco Canindé Pegado parabenizou-a pela  
314 apresentação, sugerindo que o PCN caminhe para a direção de se tornar um sistema  
315 tripartite, a exemplo de outros países, para que as áreas discutam de forma mais  
316 contundente a questão da responsabilidade social corporativa. A Sra. Maria Silvia  
317 opinou sobre a importância de ter uma maior divulgação do trabalho feito pelo PCN. O

318 Sr. Cristiano Zaranza parabenizou-a pela apresentação, destacando que o zelo em  
319 verificar a denúncia, representatividade de quem faz a denúncia deve ser feito não só  
320 pelo lado do trabalhador, mas também pela empresa para que ela possa ser assessorada  
321 por sua representação; outro ponto que o Sr. Cristiano Zaranza levantou foi a  
322 importância do equilíbrio nos fóruns, como no workshop, para um diálogo com todas as  
323 partes, e também sobre a possibilidade de trazer o PCN para dentro do MTE visto que  
324 99% da demanda é relacionada com a matéria trabalhista. O Sr. Magnus questionou  
325 sobre a adesão voluntária das empresas e o que ocorre caso haja uma denúncia contra  
326 uma empresa não aderente. A Sra. Hevellyn Albres agradeceu aos comentários e  
327 explicou que a OCDE não determina a forma como o ponto de contato nacional deve ser  
328 estabelecido no país, governamental ou independente, sobre ser um sistema tripartite  
329 não há o descarte da ideia, no momento atual há a tentativa de fazer funcionar o PCN  
330 com a estrutura já criada, mas há o máximo de diálogo possível tanto com trabalhadores  
331 quanto com empresas divulgando, conversando, consultando, como, por exemplo, a  
332 consulta às confederações em 2012, inclusive com a UGT. Quanto à divulgação, a Sra.  
333 Hevellyn Albres explicou que a divulgação é feita por meio de um relatório final  
334 publicado em português no site da Fazenda e em inglês no site da OCDE e pela ONG  
335 OCDE What, a divulgação do PCN é feita por meio de apresentações similares ao da  
336 presente reunião para que as partes interessadas conheçam as diretrizes e o trabalho. Em  
337 relação à colocação do Sr. Cristiano Zaranza ela disse que as representações das  
338 empresas são bem vindas nas reuniões de mediação para acompanhar a empresa desde  
339 que a própria empresa convide, pois o PCN não pode inserir uma entidade sindical sem  
340 que a própria empresa queira essa participação da mesma forma como o trabalhador é  
341 quem procura sua entidade sindical para que o represente; sobre a participação de  
342 confederações nas mesas do workshop, a Sra. Hevellyn Albres destacou a participação  
343 do Presidente do Comitê Consultivo da OCDE para empresas na Mesa 2, convidou  
344 novamente as confederações para participar da plenária. Sobre o questionamento do Sr.  
345 Magnus, ela explicou que as empresas não precisam aderir formalmente, elas são  
346 notificadas e respondem, caso a empresa não se manifeste é publicado um relatório final  
347 constando que a empresa foi notificada e não respondeu, esse é o sentido da adesão  
348 voluntária, ela informou que há sempre o reforço de que é bom para a imagem da  
349 empresa dialogar com os trabalhadores. A Sra. Adriana Giuntini discordou do termo  
350 voluntário. O Sr. Plínio Gustavo pediu a exemplificação de casos concretos, a Sra.  
351 Hevellyn Albres explicou que a respeito da informação, o caso só pode ser comentado  
352 após a publicação do relatório final para preservação dos envolvidos, exemplificou com  
353 um, dos casos já encerrados, o da BASF de 2010, o Presidente da BASF foi comunicado  
354 em um evento internacional da OCDE e foi resolvido prontamente, frisou que o PCN é  
355 neutro, busca um acordo e é um dos motivos pelos quais não está no MTE, pelo fato de  
356 que o Ministério da Fazenda é neutro na visão das confederações patronais. O Secretário  
357 Messias complementou que a reformulação do PCN dá uma força institucional maior ao  
358 instrumento, a SRT tem atuado fortemente e é uma das prioridades responder às  
359 demandas trabalhistas, agradecendo a apresentação da Sra. Hevellyn Albres e  
360 reforçando o convite já feito a todas as entidades. **ENCERRAMENTO.** Nada mais  
361 havendo a tratar, o Secretário Messias agradeceu a presença de todos, declarando  
362 encerrada a 11ª Reunião Ordinária do Conselho de Relações do Trabalho. Gravaram-se  
363 todos os debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério.